

Saúde

Salário

Clima



Programa eleitoral 2022-2026

Adaptado para leitura fácil

Razões

fortes,

compromissos

claros.

Palavras explicadas

Nesta versão do nosso programa não estão todas as medidas propostas pelo Bloco de Esquerda.

Para conhecer todas as nossas propostas vá a:

<https://programa2022.bloco.org/>

Pode precisar de ajuda

para compreender o nosso programa completo.

Ao longo do texto vai ver palavras a **negrito**.

Estas são palavras ou ideias

que podem ser mais difíceis de compreender.

Por isso tentamos explicar o que querem dizer.

No fim deste documento vai encontrar a explicação dessas palavras e ideias.

As palavras estão explicadas de acordo com o que significam neste documento.

As palavras estão pela ordem em que aparecem no documento.



Índice

LEGISLATIVAS 2022: O QUE QUER O BLOCO?	5
Resposta à Crise Climática	6
Problemas que a pandemia tornou mais visíveis.....	7
Uma Economia pela Igualdade	9
Como tornar mais fortes os serviços públicos em áreas muito importantes para a democracia	10
Propostas para melhores políticas Europeias	12
CAPÍTULO 1:	14
RESPOSTA À CRISE CLIMÁTICA	14
Investir nos transportes públicos e melhorar os transportes ferroviários	15
Combate à pobreza energética.....	17
Rendas da energia	19
Transformar a agricultura e a floresta.....	19
CAPÍTULO 2:	24
PROBLEMAS QUE A PANDEMIA TORNOU MAIS VISÍVEIS	24
Salvar o SNS – mais dinheiro e mais profissionais.....	29
Criar um Serviço Nacional de Cuidados e mudar a forma como se calculam as prestações sociais.....	35
CAPÍTULO 3:	38
UMA ECONOMIA PELA IGUALDADE	38

Reforma fiscal para combater o abuso	40
Combater a corrupção e criminalizar o recurso a offshores	42
Voltar a tornar públicas as empresas de áreas importantes para o país.....	45
Reduzir o peso da dívida	47
CAPÍTULO 4:.....	49
COMO TORNAR MAIS FORTES OS SERVIÇOS PÚBLICOS EM ÁREAS MUITO IMPORTANTES PARA A DEMOCRACIA	49
Direito à cultura, às artes e ao património.....	53
Por um Serviço Nacional de Justiça	55
Reforço de pessoal e acesso aos serviços na emigração.....	57
Uma sociedade inclusiva que combata as discriminações	58
Combater o racismo e a xenofobia.....	59
Por um novo ciclo de políticas de imigração.....	60
Lutar contra a homofobia e transfobia.....	61
Garantir e ampliar direitos das pessoas com deficiência	63
Defender o direito à informação.....	64
Promover políticas de bem-estar animal	66
Regulação da canábis, voto aos 16 e morte assistida.....	68
CAPÍTULO 5.....	70
PROPOSTAS PARA MELHORES POLÍTICAS EUROPEIAS	70
Portugal fora da NATO e fim ao acordo entre a UE e a Turquia.....	71
PALAVRAS EXPLICADAS	73

LEGISLATIVAS 2022: O QUE QUER O BLOCO?

No dia 30 de janeiro vamos a eleições.

A nossa proposta para Portugal – o nosso programa – resulta do que aprendemos com a pandemia e do que achamos importante para respeitar o clima.

A pandemia teve efeitos na nossa economia e na nossa sociedade.

O nosso programa quer responder à crise provocada pela pandemia.

Queremos que as pessoas voltem a ter os mesmos rendimentos e direitos que tinham antes da **troika**.

Queremos um **Serviço Nacional de Saúde (SNS)** mais forte.

Propusemos ao **PS** que incluísse estas propostas no **Orçamento de Estado**.

O **PS** recusou.

O nosso programa eleitoral tem muitas propostas.

Para as conhecer a todas deve ler todo o documento.

Mas não está em Leitura Fácil,
pode precisar de ajuda para o compreender.

O nosso programa está dividido em 5 capítulos.

Estes capítulos são:

1. Resposta à **Crise Climática**
2. Problemas que a pandemia tornou mais visíveis
3. Uma Economia pela Igualdade
4. Como tornar mais fortes os serviços públicos
em áreas muito importantes para a democracia
5. Propostas para melhores políticas Europeias

Resposta à Crise Climática

Propomos as seguintes medidas:

- Investir nos transportes públicos
- Melhorar os transportes ferroviários (metro, comboios)



- Baixar o valor que é pago pelo Estado pela energia que usamos (rendas da energia)
- Combater a pobreza energética (não ter dinheiro para estar quente no inverno e fresco no verão na nossa casa)
- Transformar a agricultura e a floresta para que sejam mais ecológicas e amigas do ambiente
- Criar um Ministério da Ação Climática para termos a certeza que se respeita o clima

Problemas que a pandemia tornou mais visíveis

Estes problemas não são novos.

Já existiam antes.

Mas com a pandemia pudemos todos ver que existiam.

Temos propostas para responder a estes problemas.

São eles:

- Um **SNS** que não consegue responder aos problemas das pessoas
- As relações entre trabalhadores e empregadores
- A pobreza
- Apoios sociais que não chegam a quem precisa e que são poucos
- As nossas propostas:
- Dar mais dinheiro ao **SNS**
- Contratar mais profissionais de saúde que trabalhem só para o **SNS**
- Mudar a forma como o **SNS** é gerido
- Aumentar os salários dos trabalhadores
- Lutar para que as pessoas tenham segurança no emprego,
com proteção social e **contratos sem termo**
- Criar um **Serviço Nacional de Cuidados** que proteja e promova a autonomia das pessoas na infância, na velhice,
ou quando estão dependentes.



Este serviço deve ser gratuito e para todas as pessoas.

Uma Economia pela Igualdade

Queremos um país em que todos sejam tratados de forma justa.

Isto também é verdade para a **justiça fiscal**.

Queremos medidas que:

- Reduzam o peso da dívida, ou seja, do que o Estado tem de pagar a quem lhe emprestou dinheiro
- Permitam ao Estado voltar a controlar coisas importantes para a economia e que podem dar dinheiro, como por exemplo o setor da energia.
- Tornem mais fácil para as pessoas comprar ou alugar casas para viver

- **Façam com que as pessoas possam ter equipamentos e serviços de qualidade, onde quer que vivam (coesão territorial)**
- **Combatam a corrupção e o crime económico**

Como tornar mais fortes os serviços públicos em áreas muito importantes para a democracia

As áreas que achamos muito importantes para a nossa democracia são:

- O ensino
- A justiça
- A cultura

Achamos que todas as pessoas têm de conseguir ter acesso a estas áreas.

Temos propostas sobre:

- **Como ter professores e professoras mais novos e menos cansados**



- Como proteger as pessoas que trabalham na cultura (teatro, cinema, televisão, escritores, etc.)
- Como acabar com as barreiras que existem para que todas as pessoas tenham acesso à justiça (aos tribunais, por exemplo)
- Ter melhores serviços de apoio a todos os portugueses que vivem fora de Portugal

Queremos uma sociedade mais justa, moderna e inclusiva, onde não exista discriminação.

O caminho que queremos para Portugal vai:

- Ajudar a que todas as pessoas sejam tratadas da mesma forma, sejam homens ou mulheres
- Apoiar as vítimas de violência doméstica
- Combater o racismo e a **xenofobia**
- Tratar de forma digna e humana todas as pessoas imigram para Portugal ou que se refugiam aqui
- Lutar contra a **homofobia** e a **transfobia**

- Dar mais direitos às pessoas com deficiência
- Garantir o direito à informação
- Promover o bem-estar animal

Além destas, existem outras coisas pelas quais o Bloco sempre lutou.

Por exemplo, pelo direito à morte assistida, ao uso da canábis ou o direito de voto a partir dos 16 anos.

Propostas para melhores políticas Europeias

O Bloco continua a defender uma Europa de democracia, liberdade e solidariedade.

Achamos que os Tratados que existem e que obrigam Portugal a cumprir com o **défice** e a dívida não permitem a Europa que queremos.

Estas obrigações, que estiveram interrompidas por causa da pandemia, vão voltar.

Queremos que Portugal saia da **NATO**.



Queremos que o acordo entre a **União Europeia** e a **Turquia** acabe.

Queremos que **Portugal** faça mais força para que seja feito o **referendo** no **Sahara Ocidental**.

CAPÍTULO 1:

RESPOSTA À CRISE CLIMÁTICA

Em 2019 foi aprovada uma Lei de Bases do Clima.

Isto era uma coisa muito importante no programa do Bloco.

Para os próximos 4 anos continuamos a defender a **transição energética** em Portugal.

Queremos que o Estado invista dinheiro para que todas as pessoas estejam confortáveis e com acesso a energias renováveis.

Por exemplo, que ninguém passe frio nas suas casas ou tenha que gastar muito dinheiro para estar confortável no inverno e no verão.

Os governos não estão a conseguir cumprir as metas do **Acordo de Paris**.

Sabemos agora que estas metas não são suficientes para evitar a **catástrofe climática** neste século.



É por isso que o Bloco defende um Programa de Emergência Climática.

Este programa tem medidas para a Agricultura, Florestas, Ambiente, Energia, Transportes e **Ordenamento do Território**.

O nosso programa eleitoral para 2022 propõe a criação de um Ministério da Ação Climática.

Achamos que só assim vai ser possível termos a certeza que podemos saber se o que estamos a fazer vai dar bom resultado.

Investir nos transportes públicos e melhorar os transportes ferroviários

Para combater as alterações climáticas temos de mudar a forma como nos deslocamos.

Uma grande parte da poluição nas cidades resulta dos transportes.

O programa do Bloco quer mudar a forma como nos deslocamos nas cidades.

Queremos que as pessoas passem a usar os transportes públicos para se deslocarem.

Queremos passes e tarifas mais baratos.

Queremos uma rede de metro no Porto e em Lisboa que chegue a mais sítios.

Queremos diminuir o número de carros que circulam nos centros das cidades.

Queremos aumentar o número de pessoas que usam bicicletas, trotinetas e outros meios de transporte de **mobilidade suave**.

Propomos um grande investimento para:

- Aumentar a rede de metro de superfície na área metropolitana de Lisboa
- Criar novas linhas de tram-train (transportes que andam nas cidades e também nas linhas de comboio) na área metropolitana do Porto



- Investir no metro de superfície na região de Coimbra e do Algarve

Queremos todas as capitais de distrito ligadas por comboio e que todas as linhas de comboio sejam elétricas em 2040.

Isto deve ser feito com um Plano Nacional Ferroviário que diminua as diferenças que existem no território nacional e na sociedade.

O Bloco também propõe:

- Uma rede de estradas que seja acessível a todas as pessoas
- O fim das Parcerias Público Privadas (PPP)
- Acabar com as portagens nas autoestradas no interior do país
- Criar um modelo para financiar estas estradas que não seja tão mau para os cofres do Estado

Combate à pobreza energética

O Bloco quer que todas as pessoas consigam estar quentes no inverno e frescas no verão dentro das suas casas.

E que não tenham que gastar muito dinheiro para o fazer.

Temos de passar a usar as energias renováveis, como o sol e o vento.

Isto deve ser feito respeitando os direitos dos trabalhadores deste setor.

Queremos reduzir o uso dos biocombustíveis (por exemplo o carvão) para produzir energia elétrica.

Propomos que os edifícios públicos e as casas usem a energia solar para produzir eletricidade.

Isto vai permitir poupar muito dinheiro às famílias e ao Estado.

Também propomos apoio às famílias que ganhem menos de 2000 euros por mês e que gastem muito dinheiro em energia.

Este apoio deve ser usado para aumentar o **conforto térmico** das suas casas.

Rendas da energia

Queremos baixar o valor que o Estado paga pela energia.

Queremos a descida do IVA da eletricidade e do gás para 6%.

Ou então que as pessoas que beneficiam da **tarifa social**

tenham garantido um consumo mínimo de energia.

Também queremos mais apoios para as autarquias que queiram ser elas a vender energias renováveis.

Transformar a agricultura e a floresta

O Estado passou para as autarquias a responsabilidade de proteger as florestas, mas não lhes deu dinheiro para o fazer.

O Bloco quer que o Estado dê dinheiro às autarquias para que elas possam proteger as florestas.

Propomos que os 10 mil milhões de euros que vêm da Europa sejam usados para ajudar a mudar a forma como usamos os recursos naturais e os protegemos.

Este dinheiro também deve ser usado para variar as culturas e a poluir menos o ambiente.

Propomos a criação de um Banco Público de Terras, em que os terrenos que estão abandonados pelos seus donos passam para o Estado, que depois os pode dar a quem queira trabalhar neles.

Propomos também que a indústria da celulose pague uma taxa por ser muito poluente.

Este dinheiro deve ser usado para plantar mais árvores da nossa região nas nossas florestas.

Temos outras propostas para ajudar os agricultores locais a venderem os seus produtos.

Preocupa-nos a exploração dos trabalhadores agrícolas, principalmente os imigrantes.

Queremos mais segurança e trabalho digno para estas pessoas.

O Bloco também quer mudar a forma como é gerida a água no nosso país.

Queremos que as Administrações de **Região Hidrográfica** voltem a gerir o Instituto da Água e possam decidir como e onde gastar o dinheiro.

Não queremos que isto seja decidido pela Agência Portuguesa do Ambiente.

Também queremos que sejam criados planos para diminuir o risco de inundações e para diminuir a divisão dos cursos de água.

Queremos que a **Convenção de Albufeira** seja revista, para garantir que Espanha deixa passar sempre alguma água para Portugal.

O rio Tejo vem de Espanha para Portugal.

Por isso é importante ter um Plano conjunto sobre como gerir este recurso – Plano de **Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo**.

O nosso programa eleitoral também propõe que o Estado apoie os Municípios para voltarem a gerir os sistemas de água que foram entregues aos privados.

Estamos preocupados com a produção e consumo do plástico.

Queremos acabar com o uso único e descartável.



Temos propostas para isto acontecer:

- Usar embalagens reutilizáveis de bebidas em pelo menos metade da produção até 2024
- Criar um sistema de **tara recuperável** que também recolha outro tipo de embalagens
- Acabar com a dupla embalagem
- Obrigar ao uso de **materiais não descartáveis** nos grandes eventos
- Criar uma rede de bebedouros urbanos para diminuir o uso de água engarrafada
- Investir na **recolha seletiva** de lixo porta a porta
- Proibir o uso de microplásticos nos produtos de higiene e cosmética
- Incentivar a **venda a granel** em supermercados e mercearias

CAPÍTULO 2:

PROBLEMAS QUE A PANDEMIA TORNOU MAIS VISÍVEIS

Com a pandemia, alguns problemas que já existiam ficaram mais visíveis.

Por exemplo:

- A falta de profissionais no **Sistema Nacional de Saúde (SNS)**
- A pobreza dos pensionistas
- A falta de respostas sociais para os idosos (por exemplo lares, centros de dia, apoio domiciliário, etc.)
- A falta de condições e de qualidade de muitas dessas respostas sociais
- Cada vez mais **trabalho precário**
- **Salários baixos**

O nosso programa procura dar resposta a todas estas questões.

Defendemos muitas destas propostas há muito tempo.

Algumas até foram recusadas pelo Partido Socialista (PS) na negociação do Orçamento para 2022.

Queremos o aumento do salário mínimo e também do **salário médio**.

Para isso é preciso combater a **precariedade** no emprego.

Propomos um aumento de 10% do salário mínimo todos os anos.

Se o fizermos, em 2026 terá o mesmo valor daquele que existe agora em Espanha.

Temos outras propostas para melhorar os salários, como por exemplo:

- Acabar com os cortes da troika e da direita nos dias de férias, no pagamento de horas extraordinárias e no valor e duração do subsídio de desemprego

- Direito ao subsídio de alimentação a todos os trabalhadores do setor privado
- Não ser possível aos patrões acabarem com os acordos coletivos de trabalho – convenções coletivas

Temos propostas para combater a precariedade e repor os direitos dos trabalhadores:

- Redução do horário de trabalho para 35 horas por semana
- Termos uma semana de trabalho de 4 dias
- Voltar a pagar as horas extra por inteiro
- Não serem feitos contratos a prazo
- Diminuir o período experimental para jovens à procura do primeiro emprego ou **desempregados de longa duração**
- Regularizar os falsos recibos verdes, não deixando que as empresas que os usam possam ter negócios com o Estado
- Dar mais meios à **Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)** para fazer o seu trabalho



O Bloco também quer limitar o uso regular do trabalho temporário ou **outsourcing**.

Se ao fim de seis meses as empresas continuam a utilizar esses trabalhadores ou serviços, é porque não é temporário.

O programa do Bloco também tem medidas para melhorar as condições de trabalho de:

- Quem trabalha por turnos ou que tem de dar assistência aos filhos ou filhas
- Quem faz trabalho doméstico
- Quem cuida de pessoas que não podem tratar de si próprias
- Quem trabalha para plataformas digitais de serviços, por exemplo de transporte de passageiros ou distribuição de comida.

O Bloco também quer melhorar as condições de vida de quem recebe pensões.

Por exemplo, queremos que as pensões sejam atualizadas

de maneira que as pessoas não percam **poder de compra** de ano para ano.

Queremos acabar com o **fator de sustentabilidade** e retirar o corte nas pensões de quem se reformou ente 2014 e 2018.

Propomos ainda que a idade de reforma seja calculada de acordo com fatores como:

- Anos de trabalho
- Trabalho por turnos
- Ter uma incapacidade

Para além destas propostas, também queremos:

- Que as empresas que têm muitos lucros mas poucos trabalhadores contribuam mais para a segurança social
- Que mais pessoas possam aceder ao **Complemento Solidário para Idosos** (e que o rendimento dos filhos ou filhas não conte para este cálculo)



No que respeita ao Estatuto do Cuidador Informal,
queremos:

- Que esse trabalho conte para calcular a Pensão de Velhice
- Aumentar as vagas na Rede de Cuidados Continuados e apoio domiciliário (para que os cuidadores possam ter direito a descanso e férias)
- Mudar a forma como é dado o subsídio de apoio ao cuidador informal, para que chegue a quem precisa mesmo dele

Salvar o SNS – mais dinheiro e mais profissionais

Durante a fase mais grave da pandemia foi o SNS que evitou uma **crise sanitária** com efeitos terríveis para todos.

Enquanto isso,

os privados fechavam as portas a quem não pudesse pagar ou exigiam ao Estado que pagasse o dinheiro que iam perder.

Agora, que essa fase já passou,
o país percebe o que aconteceu por causa de muitos anos
em que o Estado não pôs dinheiro no **SNS**.

Por causa disto, muitos profissionais de saúde decidiram
sair do **SNS** e ir para o setor privado.

Neste programa eleitoral,
o Bloco volta a apresentar algumas ideias que já tinha
apresentado para as eleições de 2019.

Por exemplo:

- Dar ao **SNS** o dinheiro de que precisa
- Renovar e construir infraestruturas (hospitais, centros de saúde, etc.)
- Comprar equipamentos para o **SNS**
- Acabar com a burocracia que existe no **SNS** (usar menos papel, tornar mais fácil marcar consultas e exames, etc.)
- Comprar equipamentos modernos para o **SNS**



Para além destas ideias,
também queremos tornar mais fácil o acesso à saúde.

Queremos que o Estado contrate mais profissionais
para as zonas e serviços que têm listas de espera muito
longas.

Também propomos que se acabe com as taxas moderadoras
e que seja mais fácil comprar medicamentos para as
pessoas com pouco dinheiro.

Queremos que os medicamentos não utilizados sejam
aproveitados para pessoas que precisam deles.

E que se aproveite o Laboratório Militar para fazer
medicamentos.

Queremos que todas as pessoas tenham um médico
e uma equipa de saúde familiar.

Destas equipas também fazem parte os enfermeiros e
Técnicos Auxiliares de Saúde.

Queremos contratar mais médicos e aumentar o número de pessoas que podem estudar para serem médicos de Medicina Geral e Familiar.

Os Centros de Saúde têm de atender casos urgentes, para libertar que as urgências dos hospitais para os casos mais graves.

A saúde pública é também uma preocupação do Bloco.

Queremos aumentar o número de médicos e enfermeiros especialistas nesta área.

As equipas de saúde pública também devem ter especialistas doutras áreas.

Também queremos que seja reconhecida a profissão de epidemiologista.

Queremos mudar a forma como o SNS é gerido.

Não queremos que seja gerido como uma empresa.



Queremos acabar com as **parcerias público-privadas** e que as **Misericórdias** devolvam ao **SNS** os hospitais que lhes foram entregues pela direita.

O dinheiro que o Estado dá aos hospitais não pode depender do número de atos médicos.

Deve estar ligado à qualidade dos cuidados que são dados.

Queremos que os médicos que trabalham para o **SNS** não trabalhem também nos hospitais privados.

Para isso acontecer é preciso que os médicos ganhem mais e tenham benefícios por trabalharem para o **SNS**.

Para que os médicos queiram trabalhar fora das grandes cidades, é preciso que:

- Tenham salários mais altos
- Os seus **cônjuges** tenham apoio ao emprego
- Se criem melhores condições para os seus filhos estarem na escola.

Temos de saber quais os médicos são mais precisos e onde são precisos.

A formação especializada deve ser feita de acordo com estas necessidades.

Propomos ainda:

- Aumentar a rede de cuidados continuados e paliativos
- Criar programas em que as pessoas podem continuar nas suas casas a receber os cuidados médicos de que precisam
- Que o Plano Nacional de Saúde Mental seja uma realidade
- Ter mais psicólogos nas equipas de saúde mental
- Que se gaste mais dinheiro a promover a saúde, a prevenir a doença, e a dar informação sobre a saúde a mais pessoas
- Que se contratem pelo menos mais 400 profissionais para o INEM



Criar um Serviço Nacional de Cuidados e mudar a forma como se calculam as prestações sociais

O Bloco propõe uma mudança nas prestações sociais, para que as pessoas que ficam desempregadas tenham algum apoio.

Propomos:

- Aumentar o valor de referência do **Rendimento Social de Inserção (RSI)**
- Aumentar o que se recebe quando se está desempregado
- Criar uma nova prestação – o **Rendimento Social de Cidadania (RSC)**.

Esta prestação será também para quem não recebe **RSI** ou **subsídio social de desemprego**, por exemplo, as pessoas que receberam apoios especiais durante a pandemia.

Esta nova prestação junta o **RSI** e o **subsídio social de desemprego** e serve para não deixar ninguém abaixo do **limiar da pobreza**.

Para estas eleições, temos uma proposta nova:
a criação de um **Serviço Nacional de Cuidados**.

Este serviço deve desenvolver, em todo o país,
uma rede de respostas públicas em muitas áreas diferentes.

Por exemplo:

- Para a infância (creches, jardins infantis, etc.)
- Para a velhice (lares residenciais, centros de dia, centros de noite, etc.)
- Para aumentar a autonomia e a independência das pessoas (apoio domiciliário, centros comunitários, centros de atividades ocupacionais, assistentes pessoais, etc.)

Este serviço deve ser para todas as pessoas e não deve ser pago.

Algumas das medidas que queremos para já, são:

- Maior investimento em serviços de apoio que estejam na comunidade
- Trabalho em conjunto com o **setor social**



- Inspeção regular e bem feita dos centros de dia e lares
- Aplicação do **Estatuto do Cuidador Informal**

CAPÍTULO 3:

UMA ECONOMIA PELA IGUALDADE

Temos propostas para:

- Mudar a forma como o dinheiro público é gasto
- Reduzir o peso na dívida
- Resolver a crise da habitação
- Combater a corrupção
- Combater as desigualdades entre as regiões

Para resolver a crise da habitação precisamos:

- De mais proteção contra os despejos
- Que as pessoas possam entregar aos bancos as casas que não conseguem pagar, ficando livres da dívida
- Que não seja possível **penhorar** a casa onde vive a família
- Que não seja possível exigir rendas a partir de um certo valor (regular as rendas)



O Bloco também quer aumentar o número de casas do Estado para quem precisa.

Queremos mais 100 mil casas.

Para o conseguir o Estado deve construir casas mas também arranjar as que não estão em condições de serem habitadas.

Com a nossa proposta, achamos que ao fim de 5 anos o Estado vai ter de volta o dinheiro que vai gastar.

O Bloco também propõe a recuperação e construção de mais 50 mil casas com renda apoiada, para melhorar as condições em que vivem mais de 25 mil famílias.

Queremos acabar com a compra de casas por fundos imobiliários que depois as vendem muito mais caras.

Queremos que estes fundos deixem de ter benefícios fiscais.

E que passem a ser penalizados se não têm ninguém a viver nas casas, à espera de poderem cobrar valores mais altos.

Para as casas arrendadas, queremos:

- Acabar com a “Lei Cristas”,
para ser mais difícil despejar as pessoas do sítio onde vivem
- Voltar a ter um prazo mínimo de 5 anos nos contratos de arrendamento
- Limitar o aumento das rendas quando se renovam ou fazem novos contratos de arrendamento

Reforma fiscal para combater o abuso

Queremos que os impostos que pagamos sejam mais altos quando as pessoas têm mais dinheiro ou mais património.

Não queremos que os impostos sejam só sobre o que ganhamos com o trabalho.

Propomos a criação de 2 novos impostos:



- Um sobre doações (quando se dá alguma coisa) e heranças acima de 1 milhão de euros
- Outro sobre as grandes fortunas, sempre que as pessoas tenham património acima dos 2 mil salários mínimos.

Em 2022, esse valor é de 1 milhão e 410 mil euros.

Também queremos criar formas de ter a certeza que as grandes empresas não conseguem fugir ao fisco, e que paguem os seus impostos aqui em Portugal.

Queremos um novo escalão de imposto para as empresas que têm lucros acima dos 20 milhões de euros.

Queremos que as grandes empresas da economia digital (por exemplo, as que vendem coisas online para Portugal) passem a pagar impostos em Portugal.

Também queremos impostos mais altos para os bens e serviços de luxo.

As compras e vendas com cripto moedas também devem pagar impostos quando há lucro.

O Bloco também quer:

- Mudar a forma como se dão **benefícios fiscais**
Que as Misericórdias e os partidos passem a pagar imposto sobre os **imóveis** de que são donos
- Que os grandes grupos económicos que põem os rendimentos noutros países para não pagarem impostos tão altos, tenham de pagar mais impostos aqui em Portugal
- Acabar com as taxas de imposto mais baixas para quem ganha com a compra de imóveis
- Mudar a forma como se calculam as taxas no chamado “**offshore da Madeira**”

Combater a corrupção e criminalizar o recurso a offshores

Queremos combater a corrupção.

Para o fazer, temos algumas propostas:

- Tornar crime o **enriquecimento injustificado**
- Que o Estado fique com os bens dessas pessoas



- Dar mais meios a quem fiscaliza os rendimentos de quem tem cargos políticos e **altos cargos públicos**
- Aumentar a fiscalização dos rendimentos dos partidos políticos e a aplicação de multas quando as suas contas têm **irregularidades**

O Bloco é um dos poucos partidos, às vezes o único, que não tem irregularidades nas suas contas.

Queremos que a Polícia Judiciária e a Autoridade Tributária tenham mais meios para combater a evasão fiscal e os crimes económicos e financeiros.

Queremos que as declarações de rendimentos de quem é eleito e de quem tem altos cargos públicos, possam ser consultadas por qualquer pessoa.

Queremos aumentar para 6 anos o tempo em que ex-governantes não podem aceitar cargos em empresas que antes tutelaram.

Por exemplo,

um ex-Ministro do Ambiente aceitar um cargo numa empresa da área do ambiente.

Queremos criar uma entidade para combater a corrupção nas autarquias.

Queremos acabar com os vistos gold.

Queremos tornar crime o uso de serviços prestados por entidades que têm sede nos territórios offshore.

Defendemos ainda:

- A revisão da lista de offshores e o seu uso para combater o crime financeiro e o abuso fiscal
- Que o Estado não apoie nem contrate serviços de empresas que beneficiem, sejam donas ou propriedade de empresas com sede em offshores
- Que sejam publicadas listas de quem faz parte destas empresas



Voltar a tornar públicas as empresas de áreas importantes para o país

Queremos que seja o Estado a controlar a banca e empresas que são importantes para o país.

Por exemplo, empresas da área dos transportes e da energia.

A forma como os privados fizeram a gestão de alguns bancos custou muito dinheiro aos portugueses.

A nossa proposta é de que estes bancos passem a ser propriedade do Estado.

E que o Estado possa gerir os bancos de forma a não perder tanto dinheiro.

Propomos também um plano que diga como é que o dinheiro público deve ser usado para:

- Termos melhores transportes e estradas
- Usar melhor a energia
- Termos uma indústria que não acabe com os nossos recursos ambientais

Queremos mudar a forma como se calculam os impostos pagos pela banca, para que o valor pago seja maior.

O Bloco também quer que os bancos não possam estar sempre a mudar as taxas e regras para se ter crédito.

Queremos que todas as pessoas possam ter uma conta bancária e alguns serviços mínimos, como por exemplo:

- Ter um cartão de débito
- Levantar ou depositar dinheiro
- Pagar bens e serviços
- Fazer transferências bancárias

Também queremos que os bancos deem aos seus clientes informação verdadeira e que seja fácil de perceber.

As empresas que queremos que voltem a ser controladas pelo Estado, são:

- A ANA – aeroportos de Portugal
- Os CTT – correios de Portugal
- A REN – redes energéticas nacionais
- A EDP – energias de Portugal



- A GALP – produtos petrolíferos e gás natural

Também queremos que os trabalhadores participem na administração das empresas públicas.

Reduzir o peso da dívida

O investimento público tem de aumentar.

Para conseguirmos chegar a um valor de investimento público igual ao que já tivemos, temos de reduzir o valor dos juros que pagamos pelo dinheiro que Portugal pediu emprestado.

Se o fizermos vamos ter mais dinheiro para gastar a resolver os nossos problemas.

O Bloco tem mais ideias sobre como o podemos fazer, por exemplo:

- Pagarmos parte da dívida com o dinheiro que o Estado tem guardado para responder a crises do mercado
- Pagar parte da dívida pública com dinheiro que o Banco de Portugal tem guardado de lado (provisões).

O Bloco continua a querer que Portugal faça novos acordos com os nossos **credores** sobre como vamos pagar a nossa dívida, por exemplo, pagando juros mais baixos.



CAPÍTULO 4:

COMO TORNAR MAIS FORTES OS SERVIÇOS PÚBLICOS EM ÁREAS MUITO IMPORTANTES PARA A DEMOCRACIA

Desde há muitos anos que os governos de Portugal não têm investido nos serviços públicos.

Por causa disso, a sua qualidade tem vindo a diminuir.

Neste momento, têm também falta de **profissionais qualificados**.

Nas escolas públicas, por exemplo, quase metade dos professores têm mais de 50 anos.

Destes, mais de metade vão reformar-se até 2030.

Os jovens não vêm futuro na carreira de professor.

Isto significa que vamos ter ainda mais falta de professores nos próximos anos.

O Bloco tem ideias sobre como podemos ultrapassar este problema.

Queremos tornar a carreira de professor interessante para os jovens.

Propomos:

- Que seja possível aos professores que estão perto da idade da reforma reformarem-se mais cedo sem serem **penalizados**
- Melhores condições de trabalho para os professores contratados e passagem para a função pública
- Que seja possível aos professores **progredirem na carreira**
- Uma compensação para os professores que têm de ir trabalhar para longe das suas casas

Também é importante melhorar as condições das escolas, principalmente daquelas que não têm obras há muitos anos.

Para que os estudantes não abandonem a escola e tenham bons resultados escolares, temos de criar boas condições para aprender.



Temos algumas propostas, por exemplo:

- Incluir os alunos quando se está a pensar e a desenhar o que devem aprender
- Incluir os alunos quando se fazem os calendários e os manuais escolares
- Ter menos materiais de aprendizagem em papel
- Que os equipamentos informáticos e a internet sejam gratuitos para os alunos
- Aumentar o apoio aos alunos que são de famílias pobres
- Melhorar os apoios aos alunos com deficiência
- Que sejam as escolas a gerir as suas cantinas e que as refeições sejam cozinhadas nas próprias escolas.
- Dar mais autonomia às escolas para fazerem a sua gestão
- Deixar de juntar várias escolas para formar mega-agrupamentos

Também temos propostas para o ensino superior e para a ciência.

Não queremos que as instituições do ensino superior sejam geridas como empresas.

Queremos que o Estado dê mais dinheiro a estas instituições e que os professores e os investigadores tenham mais segurança nos seus empregos (acabar com a precaridade).

Queremos ainda, por exemplo:

- Acabar com as **propinas** pagas pelos estudantes de licenciatura
- Diminuir o valor das propinas pagas pelos estudantes de mestrado e doutoramento
- Aumentar o número de residências universitárias
- Criar um novo regulamento de bolsas, que servem para ajudar os estudantes a pagar os custos com a sua educação

A nossa Constituição diz que todos temos direito à atividade desportiva.



Propomos a criação de um Fundo de Apoio ao Desporto. Este fundo vai ajudar a modernizar os espaços desportivos das escolas, tornar melhor o Desporto Escolar, aumentar as bolsas para os atletas olímpicos e paralímpicos, entre outras coisas.

Queremos também combater a violência no desporto. Queremos que os clubes desportivos e quem os gere, sejam também responsáveis por acabar com estas situações.

Também defendemos que as relações entre as **cliques** e os clubes sejam claras para todos.

Direito à cultura, às artes e ao património

A pandemia obrigou a fechar muitas das atividades destas áreas.

Todos ficámos a perceber que a maior parte dos trabalhadores destas áreas têm muita insegurança no emprego.

Também ficou claro que o Estado não consegue apoiar as

peças que trabalham nestas áreas e que perderam a sua fonte de rendimento.

O Bloco defende que seja gasta uma parte maior do dinheiro público nestas áreas.

Queremos mudar o novo Estatuto dos Profissionais da Cultura para que os trabalhadores destas áreas tenham mais segurança no emprego e proteção social quando não têm trabalho.

Defendemos a criação de uma **Lei de Bases da Cultura** que torne mais fácil para todos o acesso à cultura.

Queremos ainda que sejam tomadas medidas para dar mais meios às bibliotecas, arquivos ou laboratórios de conservação e restauro.

Para o cinema e audiovisual também temos propostas.

Queremos que a distribuição seja feita por uma entidade pública.

Assim temos a certeza de que os filmes chegam aos cineclubes e cineteatros públicos.

Queremos uma **quota** para a produção musical e audiovisual portuguesa independente.

Queremos que os autores, artistas e intérpretes recebam um valor justo sempre que alguém usa o seu trabalho.

Também queremos que deixe de ser um crime quando partilhamos músicas, vídeos, livros, etc., sem ser para ganhar dinheiro.

Queremos ainda tornar livre e gratuito o acesso a todas as obras nacionais (por exemplo livros, filmes, músicas).

Por um Serviço Nacional de Justiça

Todas as pessoas deviam poder aceder à justiça.

Mas o acesso à justiça é cada vez mais difícil para as pessoas com menos rendimentos.

As condições de trabalho nos tribunais e nas prisões não são boas.

O Bloco propõe a criação de um **Serviço Nacional de Justiça**.

Este serviço deve:

- Ser gratuito
- Ser fácil de usar pelas pessoas
- Respeitar os direitos humanos
- Promover a **ressocialização** de todos os saem da prisão depois de cumprirem as penas
- Dar mais dignidade profissional aos que trabalham no sistema da Justiça

Queremos garantir que todas as pessoas têm direito à defesa.

Para isso é preciso garantir que existem advogados suficientes e que não se tem de pagar muito para ir a tribunal e ter uma boa defesa.

Também queremos aumentar o salário dos advogados públicos, que estiveram 17 anos sem serem aumentados.

Queremos prisões que sejam mais do que sítios onde estão pessoas que cometeram crimes.

Queremos que o tempo em que estão presas sirva



para ganharem competências que as ajudem a viver em sociedade quando saírem da prisão.

Propomos que as pessoas que cometeram pequenos crimes possam cumprir a pena fora das prisões.

Reforço de pessoal e acesso aos serviços na emigração

Propomos que sejam contratados todos os anos 20 mil funcionários públicos para compensar aqueles que saem.

Também propomos mais 10 mil contratos por ano para reforçar serviços das áreas da saúde, educação e mudança energética.

Propomos ainda um aumento do salário mínimo **ajustado à inflação**, para garantir que as pessoas ficam mesmo a ganhar mais.

O Bloco também se preocupa com o acesso das comunidades emigrantes (portugueses que vivem no estrangeiro) aos serviços públicos.

Propomos um alargamento da rede de **consulados** e um reforço dos seus serviços.

Propomos também que o ensino do português no estrangeiro seja gratuito.

Uma sociedade inclusiva que combata as discriminações

Vivemos num país em que as mulheres são, ainda, vítimas de discriminação.

A violência de género continua a aumentar.

O Bloco apresenta medidas para combater esta situação.

Estas medidas passam por aumentar o apoio às vítimas de violência doméstica:

- No direito ao trabalho
- No acesso à habitação e serviços públicos
- Durante o processo na justiça

Passam também por tornar a violação num crime público e tipificar o crime de assédio sexual.

Propomos ainda:

- Aumentar para metade a representação de mulheres no Parlamento



- Promover a educação sexual
- Criar uma rede de **cuidados contraceptivos** nas escolas
- Distribuição gratuita de produtos de recolha menstrual (pensos, tampões, etc.)
- Reforço dos direitos na gravidez e no parto
- Combate à **violência obstétrica**

Queremos ainda rever a lei do aborto para que todas as mulheres tenham acesso à saúde em qualquer lugar de Portugal e que os prazos para se fazer um aborto estejam de acordo com o que se faz na maior parte dos países.

Combater o racismo e a xenofobia

Propomos várias medidas para combater o racismo.

Queremos acabar com a discriminação no acesso ao trabalho, ao ensino superior e à habitação.

Também queremos acabar com a exploração laboral e com as escolas e turmas segregadas.

Queremos ainda:

- Que se formem e contratem **mediadores escolares**
- Que se crie um número de lugares de acesso às universidades para **pessoas racializadas**
- Que se faça uma revisão crítica sobre o que se ensina sobre a história de Portugal
- Que se faça um inquérito para ficamos a conhecer a **composição étnico-racial** da população
- Que se crie um **Observatório de Combate ao Racismo e à Xenofobia**
- Que se dê formação às forças de segurança
- Que as práticas de discriminação racial passem a ser crime

Todas estas propostas devem ter a participação direta de organizações antirracistas e representativas das comunidades racializadas.

Por um novo ciclo de políticas de imigração

Defendemos um novo ciclo de políticas de imigração e asilo.



Não podemos ter um país em que quem chega para trabalhar é tratado como cidadão de segunda, sem direitos e sem apoios sociais.

Enquanto isso, os imigrantes ricos têm acesso a **benefícios fiscais** para residentes não habituais e a “vistos gold”.

Defendemos uma nova Lei da imigração.

- Queremos o direito de voto para quem tem autorização de residência.
- Queremos projetos de **ensino bilingue**
- Queremos reforçar o ensino do português quando as pessoas chegam a Portugal
- Queremos mais formação para os técnicos da segurança social, finanças e freguesias
- Queremos dar condições às famílias refugiadas para serem autónomas.

Lutar contra a homofobia e transfobia

O Bloco tem várias propostas para combater a homofobia e a transfobia.

Queremos que seja criada uma lei-quadro que defina o que devem fazer as entidades públicas e privadas nas áreas da educação, da saúde, do trabalho, da habitação e da proteção social para promover o exercício à **autodeterminação** da identidade de género, expressão de género e do direito à proteção das características sexuais.

Queremos que seja feito um inquérito à população portuguesa, para conhecermos a sua diversidade.

Queremos ainda:

- Que as “**terapias**” de conversão sejam consideradas crime
- Que as crianças, jovens e profissionais **LGBTQI** sejam protegidos nas escolas
- Criar uma entidade pública com competências na área **LGBTQI**
- Adaptar procedimentos e formulários à realidade portuguesa
- Uma lei que reconheça as organizações não governamentais **LGBTQI**



- Criar uma rede nacional de **centros de referência LGBTQI**
- Garantir o acesso à saúde pelas **pessoas trans e não binárias**

Garantir e ampliar direitos das pessoas com deficiência

Vamos continuar a insistir na proposta para que cada vez mais pessoas com deficiência possam aceder à reforma antecipada sem cortes.

Defendemos ainda que o rendimento disponível das pessoas com deficiência seja igual ao **Salário Mínimo Nacional** daqui a 4 anos.

Queremos uma Lei de assistência pessoal que torne possível a vida independente.

Queremos que o dinheiro para pagar a assistência pessoal seja entregue às pessoas com deficiência.

Queremos que as pessoas tenham direito ao número de horas de assistência de que precisam para poderem ser independentes.

Também queremos que sejam as pessoas com deficiência a poder escolher e contratar os seus assistentes pessoais.

O Bloco também propõe que as pessoas com deficiência sejam ouvidas quando se estiver a pensar uma Estratégia para a Deficiência.

Esta Estratégia tem de tornar possível o exercício de todos os direitos que estão na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Defender o direito à informação

Numa verdadeira democracia tem de haver direito à informação.

Isto é ainda mais importante quando vivemos numa altura em muitas das coisas que aparecem nas redes sociais não são verdade (“fake news”).

O nosso programa defende que seja dado mais dinheiro para a RTP e a LUSA.



A escolha de quem administra estas entidades tem de ser feita de forma que todos percebam porque foram escolhidas essas pessoas.

O Bloco tem propostas nesta área:

- Cobrar uma taxa aos **gigantes digitais** e usar esse dinheiro para apoiar a comunicação social
- Criar medidas para ajudar a imprensa local e regional, por exemplo com publicidade institucional paga pelo Estado

O Bloco tem também propostas na área dos direitos digitais.

- Queremos que a administração pública use **software livre** ou de **código aberto**
- Queremos um serviço público de acesso à internet gratuito ou de muito baixo custo
- Queremos **redes wifi de acesso livre** em parceria com os municípios

- Queremos o fim da possibilidade de negar ou permitir o acesso a informações digitais em equipamentos públicos
- Queremos o fim dos mecanismos anti cópia, que não permitem a cópia de **conteúdos digitais**
- Queremos que a partilha não comercial de conteúdos digitais deixe de ser crime
- Queremos que seja possível aceder na internet a trabalhos científicos que foram feitos com financiamento público

O Bloco defende uma internet que seja um espaço de liberdade e a que todos possam aceder de forma igual.

Promover políticas de bem-estar animal

Queremos que a legislação que existe sobre os maus-tratos inclua também os animais que são usados na agricultura, na criação e venda de animais, ou para fins de espetáculos comerciais (por exemplo, circos).



Algumas das nossas propostas são:

- Criar uma rede de centros de recolha oficial de animais que são vítimas de maus-tratos
- Ter abrigos preparados para receber os animais que são vítimas de maus-tratos
- Ter médicos veterinários em número suficiente para fiscalizar os matadouros
- Substituir o transporte de animais vivos pelo transporte em frio (em que os animais já estão mortos) na Europa e sempre que as viagens durem mais de 8 horas.
- Que o Estado deixe de apoiar as **atividades tauromáquicas** ou outros espetáculos que façam sofrer os animais
- Proibir as corridas de galgos ou outros cães
- Proibir o trabalho de menores de idade nas atividades tauromáquicas
- Uma maior proteção às espécies em **vias de extinção**
- Proibir a caça a espécies que estejam ameaçadas de extinção

- Fazer um censo anual de todas as espécies que se caçam
- Proibir a prática de tiro a animais que foram criados em **cativeiro** para serem caçados

Regulação da canábis, voto aos 16 e morte assistida

Estas são algumas das ideias do Bloco que defendemos há muito tempo.

Continuamos a insistir numa lei que regule a morte assistida.

Também queremos que o consumo de **canábis** por adultos seja regulado.

Para aumentar a participação democrática, propomos:

- Alargar o direito de voto aos 16 anos de idade
- Diminuir o número de assinaturas que são precisas para pedir **referendos** ou apresentar propostas de lei pelos cidadãos



Não queremos mudanças na lei eleitoral que mudem a forma como os votos são contados e o número de deputados eleitos é definido.

CAPÍTULO 5.

PROPOSTAS PARA MELHORES POLÍTICAS EUROPEIAS

A União Europeia pode fazer com que uma decisão do Parlamento português não seja posta em prática.

Isto preocupa o Bloco.

Queremos uma Europa de democracia, liberdade e solidariedade.

Queremos poder tomar decisões sobre o défice e a dívida, e outros assuntos importantes para Portugal.

Queremos também mudar a forma como se calcula o nosso défice.

O défice é a diferença entre o que o Governos gasta e o que tem de receitas (por exemplo, através dos impostos).

Por exemplo, não queremos que os gastos com serviços públicos essenciais ou para cumprimos as metas ambientais entrem para este cálculo.



O nosso programa defende uma diminuição das diferenças económicas e sociais entre os países da **União Europeia**.

Portugal fora da NATO e fim ao acordo entre a UE e a Turquia

Continuamos a defender a saída de Portugal da **NATO**.

Também não queremos um exército europeu.

Defendemos ainda a transformação do aeroporto da **Base das Lajes** num aeroporto civil.

Queremos que os **Estados Unidos da América** paguem uma indemnização pelos **danos ambientais e sociais** causados por esta **Base**.

Queremos que seja abandonado o acordo entre a **União Europeia** e a **Turquia**.

Este acordo não respeita os direitos humanos das **pessoas refugiadas e migrantes**.

Também queremos que Portugal defenda a organização pelas Nações Unidas de um referendo sobre a autodeterminação do Sahara Ocidental.

Queremos também aumentar o valor que o Estado dá para ajudar ao desenvolvimento de países mais pobres.

PALAVRAS EXPLICADAS

Troika – equipa composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia.

Orçamento de Estado – lei em que o Estado diz quanto dinheiro espera receber dos contribuintes e outras fontes, e como e onde o vai gastar.

Crise Climática – o perigo que existe por causa das alterações do clima.

Contratos sem termo – contratos de trabalho sem duração fixa, que não dizem quando vão terminar.

Justiça fiscal – quando o Estado decide como cobrar impostos para que quem tem mais pague mais, e quem tem menos pague menos.

Corrupção – oferecer algo ou alguma coisa para ter uma vantagem prejudicando outra pessoa ou o Estado.

Crime económico – crime que tem a ver com a economia e as finanças.

Homofobia – que não gosta de homossexuais.

Transfobia – que não gosta de transexuais e transgénero.

Défice – quando falta alguma coisa. Neste caso é a diferença entre o que o Governo gasta e o que tem de receitas (por exemplo, através dos impostos).

NATO – também chamada Aliança Atlântica, é uma aliança militar entre vários países que concordam em defender-se sempre que um dos seus membros é atacado.

Referendo – quando um governo pergunta aos seus cidadãos o que querem sobre um determinado assunto.

Transição energética – passar a usar as energias verdes, renováveis.

Acordo de Paris – acordo em que Portugal prometeu reduzir para metade as emissões dos gases com efeito de estufa até 2030.

Catástrofe climática – a destruição da vida na Terra como a conhecemos por causa das alterações climáticas.



Ordenamento do Território – Plano do Estado sobre como organizar o nosso território, para aproveitar melhor os recursos que existem.

Mobilidade suave – quando nos deslocamos com meios não motorizados, por exemplo a pé, de bicicleta, skate, trotineta, etc.

Conforto térmico – quando estamos confortáveis com a temperatura dos sítios onde estamos, por exemplo em casa ou no trabalho.

Tarifa social – desconto no valor da taxa que se paga para ter energia em casa.

Imigrantes – pessoas que vão viver para um País diferente do seu.

Região Hidrográfica – área de terra e mar composta por uma ou mais bacias hidrográficas (área onde se concentra o escoamento de um rio e dos seus afluentes).

Convenção de Albufeira – acordo assinado entre Portugal e Espanha para proteger e aproveitar as águas das bacias hidrográficas dos 2 países.

Tara recuperável – sistema que permite que o consumidor receba o que pagou por uma embalagem, se a devolver.

Materiais não descartáveis – que não se deitam fora porque podemos voltar a usar.

Recolha seletiva – quando separados o lixo por tipos, para poder ser reciclado.

Venda a granel – venda de produtos sem embalagem.

Trabalho precário – trabalho instável, incerto, inseguro.

Salário médio – salário que se calcula somando todos os salários e dividindo este valor pelo número de trabalhadores.

Precaridade – instabilidade, incerteza, insegurança.



Desempregados de longa duração – pessoas que foram despedidas e estão desempregadas há mais de 1 ano.

Outsourcing – recurso a pessoas, organizações ou empresas externas para fazer determinado trabalho.

Poder de compra – capacidade para comprar coisas.

Fator de sustentabilidade – corte nas pensões quando as pessoas se reformam antes da idade de reforma.

Crise sanitária – crise que ameaça a saúde e a qualidade de vida das pessoas.

Saúde pública – é o conjunto de medidas tomadas pelo Estado para defender e garantir o bem-estar físico, mental e social das populações.

Parcerias público-privadas – parcerias entre o Estado e entidades privadas.

Cônjuge – pessoa casada ou numa relação com outra.

Subsídio social de desemprego – prestação social entregue a uma pessoa que tenha perdido o emprego mas não possa receber subsídio de desemprego.

Limiar da pobreza – valor de rendimento abaixo do qual se diz que uma família está em risco de pobreza.

Setor social – também chamado terceiro setor, são as entidades/empresas da sociedade civil, que não procuram o lucro mas o bem-estar social.

Estatuto do Cuidador Informal – documento que reconhece o trabalho das pessoas que tomam conta de outras sem serem profissionais.

Por exemplo, os pais e mães que deixam de trabalhar para tomar conta dos seus filhos ou filhas com deficiência.

Penhorar – ficar com bens dos devedores para pagar uma dívida

Benefícios fiscais – quando se tem uma redução ou mesmo dispensa dos impostos que temos de pagar.



Imóveis – edifício ou parte de um edifício, por exemplo uma casa ou um apartamento.

Offshores – regiões ou países onde os impostos são mais baixos e onde há menos exigências de informação sobre a origem do dinheiro das empresas e das pessoas.

Enriquecimento injustificado – sem razão, que não se percebe como aconteceu.

Altos cargos públicos – cargos ou posições muito importantes em órgãos, empresas ou serviços públicos.

Contas têm irregularidades – quando as contas não cumprem as regras.

Investimento público – dinheiro gasto pelo Estado para melhorar uma situação ou alguma coisa.

Credores – aqueles a quem devemos dinheiro.

Profissionais qualificados – profissionais com formação nas áreas em que trabalham.

Penalizados – sem sofrerem cortes nos valores da reforma.

Progredirem na carreira – poderem subir na carreira de professor e ganharem mais ou terem mais regalias.

Propinas – quantia que se paga para frequentar o ensino superior.

Claques – grupos organizados de adeptos desportivos.

Lei de Bases da Cultura – Lei que define as políticas na área da cultura.

Quota – quantidade ou percentagem mínima

Ressocialização – voltar a viver em sociedade

Ajustado à inflação – ajustado ao aumento dos preços dos bens e serviços.

Consulados – casa ou gabinete do Cônsul.

O Cônsul é o representante de Portugal num país estrangeiro.

Violência de género – quando alguém de um género é violento com uma pessoa de género diferente.



Normalmente são as mulheres que são mais vezes vítimas deste tipo de violência.

Tipificar o crime de assédio sexual – descrever exatamente o que é o crime de assédio sexual, para que se possam depois aplicar as penas.

Cuidados contraceptivos – cuidados que se têm para não engravidar, por exemplo tomar a pílula ou usar preservativo.

Violência obstétrica – termo que se usa para descrever os maus-tratos sofridos pelas mulheres durante a gravidez, e antes, durante e depois do parto.

Esta violência é normalmente praticada pelos profissionais de saúde que as acompanham nesses momentos.

Podem incluir violência física ou psicológica.

Mediadores escolares – profissionais que estão nas escolas para ajudar à integração e sucesso escolar de alunos de grupos racializados.

Pessoas racializadas – pessoas de etnias diferentes da maior parte da população portuguesa.

Xenofobia – que não gosta de estrangeiros.

Composição étnico-racial – etnias ou raças que fazem parte da população.

Ensino bilingue – que é feito em duas línguas, neste caso em Português e na língua da pessoa.

Autodeterminação – fazer escolhas e tomar decisões por si mesmo.

“Terapias” de conversão – métodos que são usados para mudar a orientação homossexual duma pessoa.

LGBTQI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros, Queer e Intersexo

Centros de referência LGBTQI – centros onde podem ir as pessoas LGBTQI para receberem apoio.

Pessoas trans – pessoas que têm uma identidade de género diferente do sexo com que nasceram.



Não binárias – pessoas que não se identificam só com o género masculino ou com o género feminino.

LUSA – a maior agência noticiosa de língua portuguesa.

Gigantes digitais – grandes empresas da área digital, como por exemplo a Google, a Amazon, ou a Microsoft.

Software livre ou de código aberto – software que pode ser usado ou partilhado sem ser preciso pagar uma licença.

Redes wifi de acesso livre – redes de wifi a que nos podemos ligar sem custos.

Conteúdos digitais – qualquer informação ou conhecimento produzido na internet.

Atividades tauromáquicas – atividades que têm a ver com as touradas.

Vias de extinção – quase a desaparecer da Terra.

Cativeiro – viver preso, não ser livre.

Canábis – planta que também é conhecida como liamba, erva, marijuana, etc.

Danos ambientais e sociais – estragos no ambiente ou na sociedade.

Refugiadas – pessoas que saem da terra onde nasceram à procura de segurança e proteção.

Migrantes – pessoas que mudam de país ou de região.

O Bloco de Esquerda apresenta-se às eleições de 2022 com um programa que traduz o nosso percurso de luta por uma sociedade mais igual, mais livre e mais inclusiva e que é atualizado pela experiência recente: o balanço do ciclo da austeridade, da posterior recuperação e da legislatura que agora foi interrompida, marcada pela estagnação nas principais áreas da vida nacional. Em particular, face aos efeitos económico-sociais da crise Covid, revelaram-se graves vulnerabilidades sociais, do mundo do trabalho e dos serviços públicos e, com elas, a permanência de impasses políticos que impedem transformações necessárias.

À saída do momento pandémico, a esquerda é responsável por apresentar o seu projeto transformador, condição de abertura de perspetivas e mobilização, sem a qual só a política do ressentimento fará o seu caminho.

**O Bloco é a esquerda
que não fica à espera.**



adere.bloco.org

-  [@blocodeesquerda](https://twitter.com/blocodeesquerda)
-  [@blocodeesquerdaoficial](https://www.facebook.com/blocodeesquerdaoficial)
-  [@blocodeesquerdaoficial](https://www.instagram.com/blocodeesquerdaoficial)
-  [bloco_de_esquerda](https://discord.com/invite/bloco_de_esquerda)
-  [esquerda_net](https://www.youtube.com/c/esquerda_net)
-  [@blocodeesquerdaoficial](https://www.tiktok.com/@blocodeesquerdaoficial)